

Mapeamento das Acções das Instituições de Ensino Superior Face aos Desafios da Pandemia da COVID-19 em Angola

Mapping of the Actions of Higher Education Institutions Facing the Challenges of the COVID-19 Pandemic in Angola

Mapeo de las acciones de las instituciones de educación superior frente a los desafíos de la pandemia de COVID-19 en Angola

Chocolate Adão Brás¹

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, Angola
chocolatebras@gmail.com

Lando Emanuel Ludi Pedro²

Universidade 11 de Novembro, Angola
landoemanuel@campus.ul.pt

Resumo

O presente artigo focaliza as reacções e os projectos das IES no âmbito das mudanças impostas pela pandemia da COVID-19 que influenciou o reajuste dos planos de estudos, dos currículos e criou interferência nas práticas dos professores e dos estudantes. As portas das IES foram fechadas tendo em conta o Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, que define as medidas de excepção temporárias para a prevenção e o controlo da propagação da pandemia da COVID-19, levando à suspensão das actividades presenciais nos estabelecimentos de ensino. Sem previsão de retorno às aulas, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação propôs o ensino a distância por meio do Decreto Executivo n.º 02/20, de 19 de Março. Mas como isso daria certo? Essa modalidade de ensino seria acessível a todos da comunidade académica? Como ir para além dos muros da universidade face à propagação da pandemia? Se partirmos da análise de que é na extensão que ocorre a aproximação, integração e cooperação com a comunidade - sociedade como catalisadora das acções, do procedimento metodológico, baseado no mapeamento dos projectos como suporte a uma pesquisa

interpretativa e no quadro do ciclo contínuo de políticas de Ball (1992, 1997, 1998), procurámos configurar a cartografia social para análise das acções tendo em conta o *contexto de produção* das políticas de extensão universitária (diplomas legais, Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Acção), as IES como *contexto de influência*, leitura e análise de relatórios das IES como *contexto das práticas*.

Palavras-chave: Cartografia social, Projectos de investigação e extensão, Instituições de ensino superior.

Abstract

This article focuses on the reactions and projects of Higher Education Institutions in the context of the changes imposed by the COVID-19 Pandemic which influenced the readjustment of study plans, curricula creating interference in the practices of teachers and students. The doors of the HEIs were closed considering Presidential Decree No. 82/20, of 26 March, which defines temporary exception measures for the prevention and control of the

¹ Mestre. Professor Auxiliar. Director Geral Adjunto para Área Científica.

² Mestre. Professor Auxiliar. Director dos Serviços Académicos da Universidade 11 de Novembro.

spread of the COVID-19 Pandemic, leading to the suspension of classroom activities in educational establishments. With no expected return to classes, the Ministry of Higher Education, Science, Technology and Innovation, proposed distance learning through Executive Decree No. 02/20, of 19 March. But how would that work? Would this teaching modality be accessible to everyone in the academic community? How to go beyond the walls of the university in the face of the spread of the pandemic? If we start from the analysis that it is to the extent that approximation, integration and cooperation with the community - society as a catalyst, take place, of the actions - the methodological procedure, based on the mapping of the projects in support of an interpretative research and within the framework of the continuous cycle of research. Ball's policies (1992, 1997, 1998), we tried to configure social cartography for analysis of actions considering the context of production of university extension policies (legal diplomas, Institutional Development Plan and Action Plan), HEIs as context influence, reading and analysis of HEI reports as a context of practices.

Keywords: Social cartography, Research and extension projects, Higher education institutions.

Resumen

Este artículo se centra en las reacciones y proyectos de las Instituciones de Educación Superior en el contexto de los cambios impuestos por la Pandemia COVID-19 que

INTRODUÇÃO

Na maioria dos países do mundo, as universidades e instituições de ensino superior são vistas como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento social, pessoal e profissional, contribuindo para a redução da pobreza e das desigualdades sociais; como aponta o professor Isaac Paxé (Brás, 2019, p.9),

incidieron en el reajuste de los planes de estudio, creando currículos que interfieren en las prácticas de docentes y estudiantes. Las puertas de las IES se cerraron teniendo en cuenta el Decreto Presidencial N ° 82/20, de 26 de marzo, que define medidas de excepción temporal para la prevención y control de la propagación de la Pandemia COVID-19, que derivó en la suspensión de actividades de aula en establecimientos educativos. Sin un regreso esperado a clases, el Ministerio de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación propuso la educación a distancia mediante el Decreto Ejecutivo No. 02/20, de 19 de marzo, pero ¿cómo funcionaría eso? ¿Esta modalidad de enseñanza sería accesible para todos en la comunidad académica? ¿Cómo traspasar los muros de la universidad ante la propagación de la pandemia? Si partimos del análisis de que es en la medida en que se produce la aproximación, integración y cooperación con la comunidad - la sociedad como catalizador, de las acciones - el procedimiento metodológico, basado en el mapeo de los proyectos en apoyo de una investigación interpretativa y en el marco del ciclo continuo de Políticas de Ball (1992, 1997, 1998), intentamos configurar la cartografía social para el análisis de acciones teniendo en cuenta el contexto de producción de las políticas de extensión universitaria (diplomas legales, Plan de Desarrollo Institucional y Plan de Acción), las IES como contexto influencia, lectura y análisis de los informes de las IES como contexto de prácticas.

Palabras clave: Cartografía social, Proyectos de investigación y extensión, Instituciones de educación superior.

elas cumprem a função social da educação, “particularmente o seu impacto directo e imediato na abordagem dos desafios das suas sociedades”, estando nas pautas sobre a eficácia da educação na promoção de saberes para as necessidades de desenvolvimento local.

Neste sentido, durante o período de suspensão das actividades académicas

presenciais, em resposta à pandemia da COVID-19, algumas instituições de ensino superior desenvolveram um conjunto de acções e projectos ligados à investigação científica e extensão universitária, quer no sentido de encontrar soluções para o combate e preservação contra a pandemia, quer no de reflexão sobre os problemas da comunidade, conforme o seu ideal de responsabilidade social, entendido aqui como um compromisso contínuo nas organizações com o comportamento ético.

Dito de outro modo, entendemos a responsabilidade social de uma instituição de ensino superior como a representação do compromisso da universidade perante o contexto cultural, social, da educação dos cidadãos e de emancipação do espírito humano que, na óptica de Santos (2008, p. 61-62), “decorre do reconhecimento da universidade como espaço público e bem público ligado ao projecto de país, implicando que a mesma deve ser permeável às demandas sociais”. Portanto, é expectável que, na sua relação com a sociedade, a universidade desempenhe um papel de antagonismo e de complementaridade, ou seja, conserve

e transforme. A propósito, Morin (2000, p.10) refere:

Não se trata apenas de modernizar a cultura, mas de “culturalizar” a modernidade. A universidade conclama a sociedade a adoptar a sua mensagem e suas normas: ela introduz na sociedade uma cultura que não é feita para sustentar as formas tradicionais ou efémeras do aqui e agora, mas está pronta para ajudar os cidadãos a rever o seu destino *hic et nunc*. A universidade defende, ilustra e promove no mundo social e político valores intrínsecos à cultura universitária, tais como a autonomia da consciência e da problematização, o que tem como consequências o facto de que a investigação deva manter-se aberta e plural, que a verdade tenha sempre primazia sobre a utilidade e que a ética do conhecimento seja mantida.

Do exposto, pode aferir-se que a universidade em Angola poderá assumir-se como agente transformador, se for capaz de gerar contributos para a mudança sustentada em todos os cenários, sobretudo no cenário pandémico. É neste sentido que as mesmas desenvolveram um conjunto de uma universidade cidadã, comprometida com as comunidades, tal como esclarece Silva (2016) ao referir que o papel fulcral da universidade em Angola se liga ao incremento do conhecimento e das novas tecnologias de que dependerão os processos de inovação, de desenvolvimento científico e de promoção da educação cívica, base da construção de uma cidadania consciente e interventiva.

Extensão universitária no cenário actual da pandemia da COVID-19

A Extensão Universitária (em diante EU) é uma expressão de comprometimento social da universidade com a sociedade, uma vez que representa o elo de investigação e do ensino para os estudantes e difundido pelos professores. Sendo um processo científico que exige o princípio da reciprocidade, a planificação é o critério a ter em conta para o funcionamento da universidade além muros.

Silva (2002) refere que a extensão universitária vem integrando, ainda, a universidade ao contexto regional e à realidade social, promovendo a troca de saberes com a actividade pedagógica, desenvolvendo uma metodologia de acção social na universidade. Deste modo, concebemos a extensão universitária como “articuladora das actividades de ensino e investigação com as necessidades da sociedade”. Ou seja, nós entendemos a extensão como uma das funções adjectivas da universidade que torna viável a relação transformadora entre a universidade e a sociedade à qual a universidade está inserida. Neste sentido, Nogueira (2013, p.39) define a universidade como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a investigação de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (...) uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade académica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento académico.

Percebe-se, assim, que a sociedade se desenvolve no contacto estreito entre a universidade e a comunidade, constituindo um processo não de transferência de saberes, mas de interacção, onde todos aprendem e desenvolvem. Ou seja, quando envolvidos em projectos de extensão, o que se espera é que no retorno à universidade, docentes e discentes tragam uma aprendizagem que, submetida à reflexão teórica, será acrescida àquele conhecimento.

Esse curso, que estabelece a troca de saberes sistematizados, académico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade das comunidades, possibilitando a democratização do conhecimento académico - científico e, conseqüentemente, a participação efectiva da comunidade na actuação da universidade.

Dessa forma, percebe-se a extensão como um trabalho interdisciplinar que favorece

a visão integrada do social. E isso pode possibilitar que as universidades “cumpram” com a sua responsabilidade social entre elas, o desígnio de ir ao encontro das necessidades das populações locais para com esta acção poder participar na solução dos problemas do âmbito local, estabelecendo assim uma relação de reciprocidade.

Importa referir que entendemos a responsabilidade social de uma instituição do ensino superior como a representação do compromisso da universidade perante o contexto cultural, social, da educação dos cidadãos e de emancipação do espírito humano que, na óptica de Santos (2008, p.61-62), “decorre do reconhecimento da universidade como espaço público e bem público ligado ao projecto de país, implicando que a mesma deve ser permeável às demandas sociais”.

Em Angola, as acções e actividades de extensão universitária aconteciam num fluxo de normalidade programada, mas esse curso foi interrompido e fomos desafiados a adoptar outros formatos de trabalho. Veremos em diante as marcas

dos discursos legais, o Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de acção, como forma de mapeamento das acções de extensão universitária e contexto de produção.

O contexto de produção – marcas dos discursos legais reguladoras da acção pública das IES

A intenção de desenvolver uma investigação bibliográfica e interpretativa, fez-nos optar por posições teóricas que, como ao longo deste texto que estrutura este artigo, se situa numa linha do reconstrucionismo social³ (Connel, 1997) e numa concepção sócio-crítica da educação, ou seja, situamos em perspectivas que visam compreender as especificidades das situações e explicitar a complexidade, dando ênfase aos sujeitos que interagem e ao papel que podem desempenhar nestas circunstâncias de trabalho. De um modo concreto, foram os objectivos da investigação: a) mapear as acções e actividades de Extensão Universitária das IES no período da pandemia da COVID-19 com os diplomas legais e nos relatórios de actividades; b) analisar os impactos dessas acções na vida dos docentes, estudantes e seu reflexo na

³Reconstrucionismo social – corresponde a uma concepção teórica e metodológica de tendência histórica crítica e tem

como objectivo principal a transformação social e a formação crítica do sujeito.

comunidade – como elemento catalisador; c) descrever os sentidos atribuídos por gestores quando se pronunciam em nome das instituições de que são responsáveis.

Desta feita, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação orienta as universidades para a concepção de um Plano de Desenvolvimento Institucional (em diante, PDI) que se assenta nos seguintes pressupostos: i. Formação de recursos humanos – de acordo com as características do tecido económico-industrial do sector público da região onde a instituição se encontra; ii. Criação de condições que garantam a evolução científica e tecnológica da instituição adequadas para o século XXI; iii. Abertura à internacionalização para a criação de um pólo de excelência nas regiões; iv. Aprimoramento do ensino, da investigação e da produção da ciência e da tecnologia no âmbito do crescimento do país e v. Actuação da Universidade, tendo em conta os interesses da sociedade (Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro).

Análise do contexto de produção – Mapeamento do contexto pela análise SWOT

Brás, Chocolate Adão; Pedro, Lando Emanuel

Neste subtema, apresentamos a situação actual duma Universidade Pública nos aspectos inerentes à análise interna e externa com referência a pontos forte e pontos fracos, oportunidades e ameaças que, em síntese, apresentamos no quadro abaixo.

Quadro n.º 1: Análise interna das acções de extensão universitária

DOMÍNIO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
(Cooperação e Extensão)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da credibilidade do Ensino Superior junto das comunidades. 2. Boas relações externas trazendo multiplicidade cultural. 3. Apoios concedidos pelos Governos provinciais e pelo Executivo Central. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fraca capacidade na mobilização das parcerias. 2. Fraca concepção de cursos de curta duração pelas Unidades Orgânicas da UON. 3. Inexistência de equipas inter e multi-disciplinares de extensão universitária nas Unidades Orgânicas da UON. 4. Poucos espaços para estágios curriculares dos estudantes. 5. Dissociação entre ensino – pesquisa – extensão na UON.

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

Os resultados na análise SWOT referente ao quadro acima, revelam que no domínio da extensão e cooperação, a universidade está relativamente fraca em termos de mobilização de parcerias, na concepção de cursos de curta duração, com poucos espaços de estágios e o ensino – pesquisa – extensão estão dissociados. Tornando a prestação de serviço à comunidade precária quando comparada com as Universidades da África Austral. No quadro 2, prosseguimos com apresentação da análise externa dos

pontos fortes e fracos da mesma instituição.

Quadro n.º 2: Análise externa das acções de extensão universitária

Domínio	Pontos fortes	Pontos fracos
(Cooperação e Extensão)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Admissão de novos estudantes diante de novos cursos devido à alta demanda. 2. Aumento da credibilidade do ensino superior junto das comunidades. 3. Boas relações externas trazendo multiplicidade cultural. 4. Apoios concedidos pelos Governos provinciais e pelo Executivo Central. 5. Maior interacção dialógica com a comunidade académica local, empresarial, público e privada da antiga Região em que se encontra a instituição 6. Melhoria técnica académica e profissional de comunidade académica e local das províncias (Região em que se encontra a instituição) por meio dos cursos de curta duração ministrados pelas Unidades Orgânicas. 7. Criação de programas e projectos permanentes de extensão universitária envolvendo equipas inter e multi-disciplinares constituídas por docentes, pesquisadores, discentes e técnicos administrativos das UO. 8. Relação entre teoria e prática pelos estudantes dos diferentes cursos das Unidades Orgânicas da 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Muita procura e pouca oferta de necessidades educativas no que se refere aos cursos de curta duração e de capacitação. 2. Deslocação de potenciais candidatos ao Ensino Superior na Região em que se encontra a instituição para outras províncias por ausência de cursos ligados às áreas de produtividade e Desenvolvimento Territorial local. 3. Pouca participação em eventos nacionais e internacionais por ausência de verbas para o financiamento da investigação científica. 4. Dificuldades de participar em projectos de investigação científica com universidades estrangeiras por ausência de laboratórios para análise das
	<ol style="list-style-type: none"> 9. universidade por meio dos estágios curriculares nas Instituições públicas e privadas da Região em que se encontra a instituição 	<ol style="list-style-type: none"> 5. amostras de estudo recolhidas em nosso território.

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

No âmbito do desenvolvimento das acções de extensão, esta universidade tem como linha de orientação a formação, a qualificação dos estudantes e dos docentes para realização de actividades conjuntas com a sociedade. Para o efeito, dentro do seu plano constam os projectos de extensão, tendo em conta

os anos 2017-2030. O quadro 4 ilustra-os de forma sintetizada.

Quadro n.º 3: Projectos de extensão universitária antes, durante e pós-COVID-19.

PROJECTOS		ANOS DE EXECUÇÃO		
I – Saberes desenvolvidos e acumulados na UON em diferentes domínios da ciência, da técnica e da tecnologia, colocados a disposição para o benefício directo das comunidades locais e da população em geral, através de brochuras, panfletos e outros meios		2017 2019	2020 2022	2023 2030
		(curto prazo)	(médio prazo)	(longo prazo)
1.1	Elaboração da Cartilha de Extensão Universitária para informar a comunidade académica e local sobre as projecções e acções da UON no âmbito da Extensão e Cooperação.			
1.2	Elaboração de brochuras, manuais e jornais de paredes nas Unidades Orgânicas destinados a informar a comunidade académica e local sobre diferentes temáticas da actualidade regional, nacional e internacional.			
1.3	Criação de revistas específicas pelas Unidades Orgânicas			

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

Quadro n.º 4: Planos e programas de transferência de saberes desenvolvidos e acumulados na UON para a comunidade académica, as comunidades locais e a sociedade em geral

Concepção permanente de cursos de curta duração pelas Unidades Orgânicas.			
<p>Cursos de Curta Duração projectados pelas Unidades Orgânicas da UON:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Métodos de ensino aplicados ao ensino primário; Metodologia de ensino da Matemática; Metodologia do ensino da Língua Inglesa; Metodologia de ensino da Língua Portuguesa; Condução e tratamento da entrevista na Investigação Científica; Elaboração e tratamento de questionário na Investigação Científica; Inglês Básico I e Inglês Básico II. ▪ Agregação Pedagógica; Elaboração e Análise de Projectos de Investimentos; Contabilidade Financeira, Fiscalidade e Finanças Empresarial. ▪ Curso Interactivo de Administração da Saúde; Curso de Urgências Estomatológicas para licenciados em medicina; ▪ Curso Básico para Candidatos à Docente das Ciências Médicas; ▪ Curso Básico para estudantes investigadores; ▪ Curso de Actualização Metodológica para Docentes e Monitores; ▪ Curso de Metodologia de Investigação Científica; ▪ Curso de Imagiologia. 			

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

Quadro n.º 5: Mecanismo de divulgação regular de conteúdos científicos nos meios de comunicação social, no âmbito de projectos, planos e programas de transferência e partilha de saberes entre a Universidade, a comunidade académica, as comunidades locais e a sociedade em geral

Assinatura de um Acordo de Cooperação com a Secretaria Provincial da Comunicação Social para a divulgação, nos seus órgãos, de todos os actos praticados.			
Realização de debates radiofónicos e televisivos sobre temas de interesse das distintas Unidades Orgânicas			
Realização de encontros, jornadas académico-científicas e outros eventos com cobertura dos órgãos de difusão massiva local e internacional.			
Divulgação dos eventos académico-científicos realizados na Universidade por meio da sua página Web.			

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

Quadro n.º 6: Planos e programas de transferências e partilha de saberes entre a UON, a comunidade académica, as comunidades locais e a sociedade em geral para a evolução dos hábitos, costumes e da cultura geral e melhoria das condições de vida do público-alvo no âmbito de projectos

Viabilização do programa de estágios curriculares, profissionais e tecnológicos para estudantes, nas instituições públicas e/ou privadas sediadas na região vinculada.			
Implementação de actividades de estágios extracurriculares e profissionais que sejam para o estudante uma aprendizagem social, profissional e cultural.			
Realização de palestras sobre a educação para a Saúde, Educação Ambiental, Educação Moral e Cívica, Educação Jurídica, Educação Financeira e Educação Patriótica.			
Organização, em parceria com Empresas Públicas e Privadas, de Feiras, tais como feira do inventor, do empreendedor, do livro, das profissões, etc.			

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

Quadro n.º 7: Mecanismo de avaliação da percepção e grau de satisfação dos beneficiários de acções de extensão universitária promovidas pela Universidade

Realização de inquérito à comunidade académica e local por meio de questionário e entrevista para analisar a percepção e o grau de satisfação sobre as acções de extensão.			
Realização permanente de encontros de auscultação com a comunidade académica local, empresarial pública e privada para diagnosticar as suas necessidades formativas e avaliar as acções de extensão ministradas pelas Unidades Orgânicas.			
Elaboração e materialização de projectos de extensão universitária com base nas sugestões da comunidade académica e local.			

Fonte: PDI da Universidade 11 de Novembro, 2017-2030

Os estatutos das Unidades Orgânicas das IES/universidades consagram que a extensão universitária é uma função substantiva das instituições de ensino superior que têm como essência a transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia e inovação em

benefício da comunidade. Esta consagração é vislumbrada nos estatutos orgânicos de 7 das 8 universidades públicas, que formam as regiões académicas do país. Essa atribuição expressa nos estatutos Orgânicos das IES encontra respaldo na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que define o Subsistema de Ensino Superior como o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e a realização da investigação científica e da extensão universitária com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do país, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana” (art.º 61.º, Lei n.º17/16, de 7 de Outubro). O quadro 3, apresenta, em síntese, os documentos legais que regulam as IES e as acções na área de extensão.

Quadro n.º 8: Documentos legais utilizados no mapeamento das acções e projectos das IES

DECRETOS	SÍNTESE
Decreto Executivo n.º 02/20, de 19 de Março	Que suspende as actividades lectivas em todas as IES públicas, privadas e público-privadas, a partir de 24 de Março e orienta a realização de actividades académicas determinados pelas IES
Decreto Presidencial n.º 229/11, de 19 de Agosto	Estabelece o Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto
Decreto Presidencial n.º 236/11, de 29 de Agosto	Estabelece o Estatuto Orgânico da Universidade Mandume Ya Ndemufayo
Decreto Presidencial n.º 235/11, de 24 de Agosto	Estabelece o Estatuto Orgânico da Universidade KimpaVita
Decreto Presidencial n.º 242/11, de 7 de Setembro	Estatuto Orgânico da Universidade Lueji A’Nkonde

Decreto Presidencial n.º 241/11, de 6 de Setembro	Estabelece o Estatuto Orgânico da Universidade Katyavala Bwila
Decreto Presidencial n.º 245/11, de 7 de Setembro	Estatuto Orgânico da Universidade 11 de Novembro
Decreto Presidencial n.º 2/11, de 25 de Agosto	Estatuto Orgânico da Universidade José Eduardo dos Santos
Circular n.º 017/GM-MESCTI/2020, de 24 de Julho	Funcionamento das IES, enquanto não for retomada a actividade lectiva do ano académico 2020.
Decreto Executivo n.º 201/20, de 9 de Julho	Impedimento do reinício da actividade lectiva nas IES
Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de Maio	Sobre a situação de calamidade pública (regras específicas de funcionamento dos serviços administrativos nas IES).
Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro	Lei de Bases de Sistema de Educação e Ensino.
Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro	Normas reguladoras das IES, que consagram a autonomia e estatutos orgânicos das instituições.

Fonte: elaboração dos autores.

A análise destes diplomas legais teve como objectivo identificar e sistematizar princípios e orientações que têm sido e são atribuídos às IES neste período de transição, procurando tornar visíveis as acções e projectos das instituições em relação às políticas de extensão universitária face aos desafios da pandemia da COVID-19. A leitura destes documentos permitiu perceber que o funcionamento das IES ficou restringido aos serviços administrativos, ficando a cargo das IES o desenvolvimento de projectos de extensão universitária, no âmbito da autonomia consagrada pelo Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro.

Outrossim, em relação as tipologias de culturas curriculares nas nossas IES pública e privadas, os planos de estudos definidos em função dos Projectos Pedagógicos dos cursos, permite constatar quatro tipos de cultura curricular nos contextos de influências:

(a) – *cultura curricular prescritiva* – o currículo é uma construção que obedece a uma racionalidade técnica em que as principais decisões são tomadas pela Administração central, a quem cabe um papel determinante nas decisões sobre a substância, a forma e a operacionalização do currículo, trata-se de uma cultura curricular fundada na base de uma *autonomia decretada*.

(b) – *Cultura Curricular Contextualizada* – em termos curriculares, embora os discursos da administração não assumam como referentes os pressupostos da centralização, as práticas curriculares acabam por ser estruturadas na base de referências concretas, impostos a partir do centro; estamos em presença de uma cultura curricular que se constrói a partir do que designamos por *autonomia sitiada*. De acordo com Pacheco e Maia (2019), uma autonomia em que se reconhecem competências de decisão curricular aos actores das instituições, mas apenas a partir de referências pré-estabelecidas; neste caso, reconhece-se a territorialização do currículo, expressa por diferentes práticas de descentralização, que é

recontextualizada em função de um plano decidido ao nível central.

(c) *Cultura curricular Normativista* – cultura em que prevalece uma perspectiva normativa, fruto de uma política curricular descentralizada ao nível dos discursos mas recentralizada ao nível das práticas; em termos curriculares, os discursos enaltecem a importância dos projectos como forma de construção da autonomia mas, na prática, acabam por prevalecer as decisões curriculares da administração; estamos em presença de uma autonomia da negação, isto é, uma autonomia reconhecida no plano das ideias e dos discursos mas negada no contexto das instituições, devido a questões estruturais que retiram, quase por completo, a centralidade do currículo como projecto.

(d) *Cultura curricular projectual* – ao nível da decisão curricular prevalece o papel dos territórios locais, cabendo aos atores a responsabilidade da concepção, implementação e avaliação de projectos curriculares, recontextualizados a partir de referentes de âmbito nacional; fala-

se, neste caso, de autonomia construída. Segundo Barroso (1999) citado por Pacheco (2019), é uma autonomia curricular que, embora sensível à normalização, se nutre de práticas participativas e deliberativas dos vários atores das instituições, na procura de soluções legítimas e construtivas da realidade educativa; a construção do currículo realiza-se na base de territórios descentralizados e de acordo com projectos de formação localmente decididos.

A análise das realidades destas instituições que têm por base a “norma decretada”, as acções e projectos de extensão universitária deveriam ser organizadas em função da cultura curricular de projectos, por ser construído no âmbito de um projecto territorial em função das experiências, motivações das IES, tendo em atenção as expectativas e interesse da comunidade, que pressupõe trabalho em equipa enriquecido pela colaboração de docentes, ou seja, um trabalho de articulação entre o estável e o dinâmico. Portanto, o retrocesso observado no campo de acções e projectos de extensão universitária diz respeito as próprias instituições, que consistem em pensar, sistematicamente, como vítimas e

não como responsáveis destes processos de transição.

Mapeamento como procedimento metodológico de suporte a uma pesquisa interpretativa

De acordo com Dourado e Silva (2020), o mapeamento social ou a cartografia social emerge contemporaneamente como uma estratégia metodológica em várias abordagens científicas, produzindo rupturas nos modos de fazer pesquisa, desabotoando espaços para processos investigativos que delineiam uma nova concepção de ciência. Neste sentido, o mapeamento das acções das IES configura-se como um modo de produzir conhecimento e intervir na realidade.

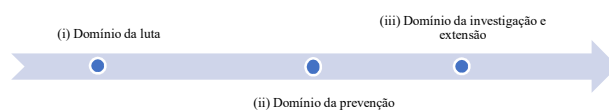
A intenção de recorrermos ao mapeamento – cartografia social na investigação, foi a de estabelecer relações entre acções, actividades desenvolvidas com diplomas legais sobre a extensão universitária, produzido no período da pandemia, incluindo os seus efeitos nos contextos de influência, de produção e prática e tornar visível um mapa das tendências na base da análise dos relatórios e discursos dos dirigentes.

Deste ponto de vista, a argumentação teórica foi desenvolvida a partir dos campos de mapeamento de Ball (1998), atesta que as políticas de extensão universitária, acção pública, estruturam-se nas ideias e perspectivas que cruzam diferentes pontos de vistas e que aliam uma visão macro com uma visão micro.

Acções e projectos das Instituições de Ensino Superior durante o período de resposta à pandemia

Os peritos em mapeamento de processos acautelam que o ideal é mapear as actividades para depois definir quais são os processos, considerando que a actividade é utilizada normalmente para indicar um conjunto de tarefas necessárias para que o serviço seja efectuado. Neste âmbito, o mapeamento de acções e projectos durante o período de resposta à pandemia da COVID-19 foi consubstanciado na análise de relatórios, decretos e dividido em domínios conforme a figura 1, uma vez que o acto educativo, encontra-se em emergência⁴.

Figura n.º 1: Domínios das acções e actividades desenvolvidas pelas IES



Fonte: elaboração dos autores

A imagem acima, representa as acções e projectos desenvolvidos pelas IES em três domínios durante o período de resposta à

⁴Emergencies are a source of serious violations of the right to education, one that effects many people; are crisis situations due to natural disasters such as earthquake, tsunami, flood, or hurricane, or to armed conflict, which may be international or internal, as defined in international humanitarian law, or post-conflict situations which impact or violate the right to

education, impede its development or hold back its realization. (Higher Education in Emergencies and Protracted Crisis – A Framework, 2019).

pandemia, isto é, do estado de emergência à situação de calamidade pública; podem ser divididas em três domínios: (i) Luta contra a COVID-19; (ii) Prevenção da COVID-19; (iii) Investigação científica e extensão.

a. Domínio da luta

Neste domínio, o destaque vai para um plano de acção para a busca de soluções técnicas adicionais na luta contra a COVID-19, desenvolvido por um grupo de engenheiros da Faculdade de Engenharia, da Universidade Agostinho Neto. A informação sobre este projecto, da Universidade Agostinho Neto chegou ao conhecimento da comunidade académica e angolana no geral, no dia 21 de Abril de 2020, por meio de uma nota informativa do seu Gabinete de Informação Científica e Documentação, esclarecendo que o plano em referência contempla cinco (5) projectos, designadamente:

1. Concepção de modelos em 3D para multiplicadores, consubstanciado na geração de modelos em 3D para fabrico de multiplicadores para respiradores ou ventiladores);
2. Concepção de modelos em 3D para fabricação de viseiras, que consiste na geração de modelos em 3D para fabrico de viseiras para protecção

facial dos técnicos da saúde e forças da ordem;

3. Concepção de mecanismos para abertura à distância de portas e supressão de obstáculos de contágio, que consiste na construção de manípulos ou elevadores mecânicos para facilitar abertura à distância de portas, janelas e supressão de obstáculos de contágio;
4. Concepção de unidades de higienização de espaços de desinfestação, relativo à concepção de unidades de higienização – câmaras de desinfestação nos acessos aos locais públicos, como mercados;
5. Inventariação de equipamentos hospitalares desactivados, consubstanciado na inventariação e reparação dos equipamentos hospitalares temporariamente desactivados, tais como camas, cadeiras, balanças, colectores de materiais usados, recipientes de casas de banho, equipamentos de medição electrónica, entre outros.

Importa referir que o projecto foi desenvolvido nos laboratórios da Faculdade de Engenharia e que, no dia 17 de Abril, foram apresentados, à Comissão

Interministerial de Luta contra a COVID-19, os dois (2) primeiros protótipos de ventiladores e de viseiras, que foram submetidos ao Instituto Nacional de Investigação em Saúde (INIS) afecto ao Ministério da Saúde, para aprovação, depois da sua validação pela Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamento.

b. Domínio da prevenção

Em relação a prevenção, destacámos o trabalho desenvolvido pelos docentes e estudantes do Instituto Superior Politécnico da Universidade José Eduardo dos Santos, na província do Huambo, que criaram um dispositivo electrónico de lavagem de mãos que seria depois colocado à entrada das instituições públicas naquela região de Angola. No mesmo âmbito, realizou-se a formação de quarenta (40) voluntários, estudantes da Universidade Metodista de Angola (UMA) para a luta contra a COVID-19. A formação dos voluntários teve início no dia 10 de Abril de 2020, no Instituto Nacional de Investigação em Saúde. Tratava-se de estudantes do 4º ano, do curso de Análises Clínicas e Saúde Pública. Em termos procedimentais, durante o período da formação, devido as medidas de biossegurança, os mesmos

foram subdivididos em dois (2) grupos, de vinte (20) estudantes cada.

Outrossim, aquela universidade disponibilizou o seu campus universitário de Cacuaco para luta contra a pandemia, que recebeu a visita da equipa do Ministério da Saúde, encabeçada pela Ministra, considerando em conferência de imprensa, do dia 26 de Abril de 2020, que a Universidade Metodista de Angola apresentava “excelentes condições e espaços fantásticos para servirem de centro de tratamento da COVID-19” (Universidade Metodista de Angola, 2020).

O referido campus universitário está localizado nas margens da Estrada Nacional Kifangondo - Funda, as suas construções são recuadas em mais de 300 metros da Estrada Nacional, com edifícios modernos e bem conservados. Dispõe de mais de quarenta (40) salas amplas e vinte e seis (26) gabinetes e salas menores que podem ser adequadas para hospedagem, salas de reuniões; vinte (20) quartos já preparados para hospedagem individual, refeitório, cozinha, ginásio, piscina, auditório para trezentos e dezasseis (316), com amplas instalações sanitárias e balneários, lavandaria, dentre outras instalações. Os corredores são largos e todos os ambientes têm ar

condicionado, além de arejamento natural e iluminação adequados. Os edifícios distribuem-se em dois (2) e três (3) pisos, com acessibilidade assegurada por elevadores. O parque de estacionamento do campus dispõe de duzentos e vinte e cinco (225) vagas para viaturas, autocarros e vias pavimentadas e iluminadas.

Portanto, estamos em presença de uma superestrutura que podia servir de suporte às autoridades de saúde na luta engenhosa de combate à propagação da COVID-19, que foi colocado oficialmente à disposição do Ministério da Saúde, no dia 11 de Abril de 2020, para servir de centro de quarentena institucional, num acto nobre de responsabilidade social que pode servir de exemplo daquilo que se espera das instituições de ensino superior e do empresariado nacional.

c. Domínio da investigação científica e extensão

Quanto ao domínio da investigação científica e extensão, destacamos os três relatórios de estudos realizados por três (3) instituições de ensino superior. Dois destes estudos foram feitos em consórcio de investigação, isto é, coordenados por investigadores de duas ou mais instituições de consultoria e de Ensino Superior.

1º Relatório – “Estudo de avaliação dos impactos sócio-económicos das medidas do executivo angolano para o combate à COVID-19”

O primeiro relatório foi publicado no dia 12 de Abril de 2020 com o título “**Estudo de avaliação dos impactos sócio-económicos das medidas do executivo angolano para o combate à COVID-19**”, realizado pelo consórcio de investigação científica, constituído pelo Centro de Investigação Sol Nascente do Huambo e Ovilongwa Consulting - Sondagens e Estudos de Opinião Pública, com o objectivo de dar “voz e vez aos angolanos”, isto é, ouvir as suas opiniões sobre questões relevantes (a pandemia da COVID-19, o Estado de Emergência, a actuação dos governantes e as suas condições sócio-económicas) e partilhá-las com os decisores públicos (para que se possam tomar decisões informadas), fazedores de opinião e académicos, antes da prorrogação do Estado de Emergência (Boio, Pacatolo & Mbangula, 2020, p.3).

O referido estudo concluiu que, globalmente, os inquiridos avaliaram de forma positiva as medidas do Executivo para a prevenção contra a pandemia, tendo apoiado a declaração do Estado de Emergência e eram favoráveis a sua eventual prorrogação (como aconteceu por duas vezes), desde que o Estado

criasse condições para as empresas e as famílias desfavorecidas. Os resultados apontaram igualmente para: (i) a necessidade da diferenciação das medidas do Estado de Emergência. Ficou claro que os desempregados, trabalhadores do sector informal e famílias de poucos rendimentos têm maiores dificuldades de subsistir durante o estado de emergência, havendo necessidade de adopção de medidas supletivas de subsistência; (ii) o alheamento manifestado em relação aos riscos da COVID-19 sugere que a comunicação dos casos positivos importados precisa de ser melhorada para diluir a percepção dos inquiridos que o “mal” atinge apenas quem viaja ou quem dele se aproxima; (iii) a decisão de reduzir o tempo de funcionamento dos mercados informais e do comércio ambulante, que passam agora a ser feitos apenas terça-feira, quinta-feira e sábado, poderá constituir um fardo pesado para as famílias que sobrevivem da venda nos mercados informais e para aquelas famílias que não possuem condições de conservação de produtos ou capacidade financeira para fazer reservas; e (iv) a necessidade de se alargar este estudo exploratório para uma amostra aleatória e mais representativa dos angolanos, com possibilidades de se fazer inferência dos

resultados para a população angolana (Boio *et al.*, 2020).

2º Relatório - “COVID-19: Impactos económicos e sociais em Angola. Contribuição para o debate”

O segundo relatório foi igualmente publicado no mês de Abril de 2020, intitulado “COVID-19: Impactos económicos e sociais em Angola. Contribuição para o debate”, realizado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. Este estudo apresenta um conjunto de dados para potenciar o debate sobre como a pandemia impacta na esfera económica, política e social, focando para: (i) os números da pandemia a nível do mundo; (ii) as medidas tomadas por países com grande incidência da pandemia; (iii) os custos económicos e sociais da pandemia; (iv) Apoio das instituições multilaterais; (v) os impactos esperados das políticas e medidas em Angola; (vi) Principais medidas de apoio às empresas; (vii) medidas para as famílias e o sector informal da economia; (viii) o impacto da COVID-19 no sector petrolífero; (ix) a economia política desta crise pandémica; (x) os prováveis efeitos desestruturantes da pandemia sobre a psicologia e a organização social (Universidade Católica de Angola, 2020).

3º Relatório - “Efeitos Económicos e Sociais do Confinamento Social em Angola - resultados preliminares”

O terceiro relatório de estudo foi publicado no dia 19 de Junho, com o título “Efeitos Económicos e Sociais do Confinamento Social em Angola - resultados preliminares”, realizado por um consórcio de investigação integrada pelo Centro de Estudos Económicos, Jurídicos e Sociais (CEJES), da Universidade Agostinho Neto (UAN) e o Centro de Investigação das Ciências Sociais Aplicadas (CICSA) do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC).

Os resultados preliminares do estudo indicam os seguintes efeitos do confinamento social em Angola: i. Forte impulso à presença do digital no quotidiano, com a aceleração da apropriação “forçada” pelo confinamento da tecnologia e das suas ferramentas, com carácter transversal às diferentes dimensões da vida social (no trabalho, no ensino, na comunicação, no lazer, nas interações pessoais); ii. Novas percepções dos seguintes aspectos: o trabalho e seus modos de execução (bem evidentes nas vantagens e desvantagens do

teletrabalho); a habitação e as formas do seu usufruto; as formas racionais de arbitragem de ocupação do tempo individual e coletivo; iii. Reconfigurações das relações familiares e sociais, das expressões afetivas e dos modos de convivialidade associadas ao imperativo de distanciamento físico; implicações sobre as relações de género associadas a uma atitude mais cooperativa em relação as atividades domésticas; tensões entre a maior proximidade resultante de mais tempo partilhado em comum e o isolamento gerado pela crescente onipresença dos gadgets tecnológicos; iv. Revalorização da saúde como variável central da qualidade de vida, potencialmente correlacionada com alguma reformulação de valores e mentalidades no sentido de uma maior consciência de interdependência, responsabilidade comunitária e de percepções sobre o papel dos atores e das instituições do Estado (Lopes & Van-Dunem, 2020).

Ainda no domínio da investigação científica e extensão, foram realizados um conjunto de Webinars pelas instituições de ensino superior⁵. O quadro apresenta

⁵ Webinar é um termo que resulta de uma abreviação da expressão em inglês *web based seminar*, que significa seminário realizado pela internet. Espécie de videoconferência

com fins comerciais ou educacionais, na qual uma empresa utiliza uma plataforma online para uma comunicação em via única (Cf. <https://klickpages.com.br/blog/webinar-o-que-e/>)

os temas que marcaram os referidos webinários realizado pelo ZOOM com transmissão directa no facebook, nas redes sociais facebook e Instagram.

Quadro n.º 9: Webinar's durante o período de resposta à pandemia

IES/CENTRO DE ESTUDOS	TEMA/LEMA	DATA
CEJES-UAN e CICS-ISPTEC	Adaptação das pessoas às crises (COVID-19) no sentido de encontrar soluções.	26 de Abril de 2020
	Recessão económica: entre incertezas, expectativas e desafios	27 de Abril de 2020
	Pobreza e desenvolvimento: entre dúvidas e certezas	29 de Abril de 2020
	Capital humano, inteligência emocional e comportamento organizacional: o contexto e os desafios do futuro	30 de Abril de 2020
	Empreendedorismo, negócios e oportunidades	01 de Maio de 2020
	Capital Humano e Inteligência Emocional	04 de Maio de 2020
	Petróleo e Gás, Recursos Energéticos e os desafios futuros	05 de Maio de 2020
	Investigação Científica Laboratorial, Tecnológica, Produtivas e Sustentabilidade Ambiental	06 de Maio de 2020
	Processos Educativos, Inclusão Digital e Tendências Pedagógicas	07 de Maio de 2020
	Gestão Organizacional, Objectivos Estratégicos e Inovação	08 de Maio de 2020
	Eficiência Governativa, Administração Pública e Reformas	11 de Maio de 2020
	Confinamento Social, Resiliência e Cidadania	12 de Maio de 2020
	Recursos energéticos e os desafios futuros	13 de Maio de 2020
	Saneamento básico e sua relação com meio ambiente: uma perspectiva local	14 de Maio de 2020
	Ética, Cidadania e Participação	15 de Maio de 2020
Faculdade de Direito da UCAN	Conversas de código Penal em tempo de Quarentena	8 de Maio de 2020
Reitoria da UCAN	E-Learning. Formação para Docentes	
	As novas regras para a prevenção e combate ao Branqueamento do Terrorismo aprovadas pela Lei Nº 5/20	12 de Maio de 2020
Faculdade de Direito da UCAN	Suspensão e Cessação do Contrato de Trabalho em tempos de COVID-19	15 de Maio de 2020
	Os limites constitucionais do Estado de Emergência	19 de Maio de 2020
Faculdade de Ciências da UCAN	Como Lidar com as Emoções em Tempos de COVID-19	19 de Maio de 2020
Instituto Superior Politécnico de Benguela	COVID-19 vs Baixa de Petróleo. Repercussões na Economia Angolana e seu reflexo no ensino superior	14 de Maio de 2020
	Os Desafios da Formação de Quadros em Angola	9 de Junho de 2020
Universidade Óscar Ribas	Estratégias de Comunicação Adaptadas ao Contexto Situacional.	11 de Junho de 2020

Fonte: elaboração dos autores

Esses webinários realizados pelas instituições de ensino superior, pelas suas pertinentes e actuais questões de viés económico, político, social e cultural, pelo seu sentido de oportunidade, podem constituir um excelente indicador de como as mesmas, independentemente das dificuldades que enfrentam, sobretudo no que a autonomia da sua gestão diz respeito, podem realizar iniciativas de reflexão e intervenção social, entendendo este posicionamento e acção como a sua principal vocação assente na tríade Ensino-Investigação-Extensão. Deste modo, consideramos ser fundamental que as instituições de ensino superior reforcem a sua interacção dialógica com as comunidades, de modo que se faça sentir a sua real função social. Outrossim, esses webinários transmitidos nas páginas oficiais do *facebook* das mesmas, alcançaram um grande público que esteve confinado em casa no cumprimento da quarentena domiciliar imposta pelas medidas de combate e protecção da COVID-19.

Neste contexto mais global, a recuperação das IES face aos desafios da Covid-19, demandará a superação da dicotomia entre capacidade e âmbitos de desempenho, entre o conteúdo e o campo de acção das instituições. Em outras

palavras, as acções de extensão universitária, exigirão maior desempenho produtivo, pois a pandemia impôs uma realidade social mais complexa. O funcionamento das IES, neste período da pandemia não se basearia apenas em projectos de curto, médio e longo prazo, mas também nas exigências concretas da doença.

Neste processo de resposta à pandemia, as instituições de ensino superior angolanas, devem desenvolver planos, acções e actividades coerentes. A coerência social alcança-se mediante adesão a estruturas políticas e pela incorporação de todos no mercado de trabalho. Nesta articulação, devem considerar-se as tecnologias para fomentar e desenvolver actividades lectivas em plataformas digitais.

O contexto de produção legal – políticas de extensão universitária

Apesar da extensão universitária ser entendida como uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos sectores da sociedade, ela é, no contexto da missão tripartida das instituições de ensino superior angolanas, vista como uma das dimensões menos desenvolvidas, pois no âmbito do desenvolvimento das suas actividades,

maior ênfase é dada ao ensino e à investigação científica.

Existem estudos que apontam que a extensão entre as dimensões da universidade foi das últimas a funcionar nas instituições de ensino superior angolanas (Ima-Panzo, 2018; Chocolate & Brás, 2018; Brás, 2019). A título de exemplo, Chocolate & Brás (2018) apontam que apesar de se observar a realização de actividades de extensão universitária nas universidades angolanas, é importante dizer que a mesma está prevista no Decreto 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior em Angola, mas não se encontra ainda regulamentada.

A falta de regulamentação da extensão universitária persiste por não existir uma política nacional de extensão universitária que permita a definição de um plano nacional de extensão que possa explicitar os princípios orientadores para estruturação e desenvolvimento da extensão universitária nas instituições de ensino superior.

Essa situação, no nosso entender, tem estado a fazer com que os académicos em Angola explorem pouco esse pilar da missão das instituições universitárias,

pelo que se afigura necessário a adopção de medidas e procedimentos de ordem metodológica, inerentes à estrutura universitária e medidas que visam a valorização da extensão universitária no plano nacional e no plano interno das IES.

Tanto as instituições de ensino superior públicas quanto as privadas, por força da legislação, não tinham uma área específica que respondesse pela extensão universitária no quadro do organigrama de funcionamento institucional. Esta situação específica deixou, de certo modo, um vazio na materialização das actividades voltadas para esse domínio, uma vez que a sua gestão nas IES não tinha indicadores próprios.

Outro descaso que se observava e fazia com que as actividades de extensão não tivessem ainda muito peso no âmbito das tarefas dos docentes universitários, na óptica de Chocolate & Brás (2018), prendia-se ao facto de o estatuto da carreira docente universitária vigente de 1994 a 2018, em suas linhas de orientação, não prever pontos no quadro da avaliação e progressão do docente pela promoção e participação em actividades e projectos de extensão. Portanto, pode-se considerar que a extensão universitária não tem ainda efeitos “visíveis” sobre a vida académica dos docentes.

Deste modo, consideramos ser fundamental que o Estado, por meio do MESCTI, defina e aprove uma Política Nacional de Extensão Universitária e/ou oriente a criação de um Plano Nacional (Regional) de Extensão Universitária para conferir legitimidade a esta função substantiva e explicitar os seus princípios orientadores. De igual modo, deverá se institucionalizar a Extensão Universitária em todas as Instituições de Ensino Superior de Angola, considerando-a como uma função vital das suas actividades-fim com reflexo na carreira docente, na avaliação ao serviço das aprendizagens dos discentes e na gestão universitária. Para tanto, será determinante a definição de formas de valorização de participação dos docentes, investigadores, discentes, funcionários não docentes e gestores nos projectos e acções de extensão universitária.

O contexto dos discursos académicos – o que pensam os gestores (contexto influência)

As acções e projectos de extensão desenvolvidas pelas instituições de ensino superior durante o período de confinamento social motivado pela pandemia da COVID-19 sinalizam o sentido e/ou valor que estas instituições pretendem dar à extensão universitária tendo em conta a sua necessidade de

aproximação com as comunidades e da sua afirmação como uma alternativa à discussão e solução dos problemas destas.

Não obstante haver um vazio em termos de legislação, ou seja, a ausência de uma política nacional de extensão universitária e das dificuldades de financiamento de acções e projectos de extensão, os gestores universitários demonstraram compreender que a extensão, pode se constituir numa forma de oxigenar as práticas académicas e de enfrentar a complexidade crescente do tecido social. Esta compreensão vai na lógica de Silveira, Zambenedetti & Ribeiro (2017) que consideram que uma formação académica completa deve levar em conta o conhecimento presente em outras esferas da sociedade, pois os fluxos de informação que incluem temas de ensino e de pesquisa não estão restritos apenas à universidade. Destacando-se a importância da extensão para viabilizar o cumprimento do papel social da universidade, que deve trabalhar ao serviço da sociedade.

Outrossim, os gestores compreendem que os ganhos com a extensão universitária são tanto para a universidade quanto para a comunidade, e que os mesmos têm a ver com a melhoria do perfil profissional dos actores da universidade, isto é, dos seus

quatro (4) grupos de actores entre gestores, docentes, estudantes e funcionários não docentes, o aumento do índice de desenvolvimento humano das comunidades circundantes e o cumprimento da responsabilidade social da própria IES.

Pela sua produtividade durante o período de confinamento, os gestores apontam para a necessidade de um financiamento específico para a Extensão Universitária nas IES públicas em Angola, a busca por diversas outras formas de financiamento com recurso aos parceiros sociais e bem como a tomada de consciência para a auto-sustentabilidade das IES.

Considerações finais

Neste estudo apresentamos os resultados de uma análise das Políticas de Extensão, baseando-nos numa cartografia social das acções e projectos de algumas IES angolanas face aos desafios da pandemia da COVID-19, visando mostrar as suas implicações na vida dos estudantes, docentes, gestores e da comunidade.

Tomamos como ponto de partida de análise a Universidade 11 de Novembro, enquanto uma Instituição de ensino superior pública, cujo ambiente interno e externo apresentados nos quadros 1 e 2,

ilustram os pontos tanto fortes, quanto fracos da instituição como: o aumento da credibilidade junto das comunidades, aspecto que ajuda na mobilização de mobilização de parcerias; inexistência ou quase ausência de incubadores universitárias para *start-ups*, que podem servir de ligação entre a universidade-empresas-comunidade e contribuir na cultura de empreendedorismo.

Os resultados da análise externa, mostram que a oferta formativa ainda é limitada, bem como o *numerus clausus* (vagas), considerando a demanda.

Tendo em conta os diferentes Planos de Desenvolvimento Institucional, os resultados dos mesmos apontam para diferentes sentidos de percepção, incorporação e apropriação das orientações decretadas, por outro lado, a cartografia social das acções e projectos das IES referenciadas neste estudo durante o período de resposta à Pandemia da Covid-19 foi consubstanciado na análise de relatórios e divididos em três domínios à saber: Domínio da luta, onde destacamos o Plano de Acção da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, que visava apoiar as unidades hospitalares de Luanda na concepção de modelos em 3D de Multiplicadores de respiradores ou

ventiladores; fabrico de viseiras para a protecção facial dos técnicos de saúde e forcas da ordem pública; concepção de mecanismos de abertura de portas à distância; concepção de camaras de desinfestação nos locais públicos e inventariação e reparação de equipamentos hospitalares.

No domínio da prevenção, destacamos o trabalho desenvolvido pelos docentes e estudantes do Instituto Superior Politécnico da Universidade José Eduardo dos Santos que desenvolveram um dispositivo electrónico para a lavagem das mãos. Ainda neste domínio, a Universidade Metodista de Angola promoveu sessões de formação para quarenta (40) estudantes-voluntários dos cursos de Análises Clínicas e Saúde Pública, tendo colocado a disposição do Estado angolano o campus universitário de Cacuaco para o combate a pandemia da Covid-19. Por último, no domínio da investigação e extensão, três instituições de ensino superior se destacaram ao produzirem relatórios sobre avaliação dos impactos socioeconómicos das medidas do executivo angolano para o combate à Covid-19, apelando para a necessidade de diferenciação das medidas do Estado de Emergência em relação as famílias de renda baixa e adopção de medidas

supletivas de subsistência para os trabalhadores do sector informal (Centro de Investigação Sol Nascente do Huambo).

Outro aspecto a considerar nestes estudos é o impacto da Covid-19 no sector petrolífero e quais seriam as principais medidas de apoio às empresas (Universidade Católica de Angola). Por fim, os resultados produzidos pelo Centro de Estudos Económicos, Jurídicos e Sociais da Universidade Agostinho Neto, apontam para um forte impulso à presença digital no quotidiano, com tendência para aplicação do teletrabalho, reconfigurações das relações familiares e sociais, das expressões afectivas e dos modos de convivialidade e revalorização da saúde como variável central da qualidade de vida.

Brás, Chocolate Adão; Pedro, Lando Emanuel

As acções e projectos desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior em Angola durante o período de suspensão das actividades académicas presenciais, em resposta à pandemia da COVID-19, sinalizam a preocupação das mesmas em assumir uma função social relevante no diagnóstico, na discussão e na resolução dos problemas que afectam as comunidades em que estão inseridas, estabelecendo-se uma interacção dialógica com as mesmas, quebrando a

tendência de se considerar a universidade como um espaço intramuros e detentor de um saber acabado. Por outro lado, essas acções e projectos ligados à investigação científica e extensão universitária, quer no sentido de encontrar soluções para o combate e preservação contra a pandemia, quer no de reflexão sobre os problemas da comunidade, representam o cumprimento da responsabilidade social das instituições de ensino superior em Angola. Neste sentido, projecta-se uma universidade que não se limita ao diplomar de cidadãos, mas que efectivamente seja um espaço permeado pelas demandas sociais.

Referências bibliográficas

Decreto n.º 245/11 de 8 de Setembro de 2011 - Estatuto Orgânico da Universidade 11 de Novembro. Diário da República, I Série, n.º 173.

Decreto Presidencial n.º2/11, de 25 de Agosto de 2011 - Estatuto Orgânico da Universidade José Eduardo dos Santos.

Decreto Presidencial n.º229/11, de 19 de Agosto de 2011 - Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto

Decreto Presidencial n.º235/11, de 24 de Agosto de 2011 - Estatuto Orgânico da Universidade Kimpa Vita.

Decreto Presidencial n.º236/11, de 29 de Agosto de 2011 (2011). Estatuto Orgânico da Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Diário da República n. da série.

Decreto Presidencial n.º241/11, de 6 de Setembro de 2011 - Estatuto Orgânico da Universidade Katyavala Bwila.

Decreto Presidencial n.º242/11, de 7 de Setembro de 2011- Estatuto Orgânico da Universidade Lueji A´Nkonde.

Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro de 2016 – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º170. Luanda: Imprensa Nacional.

Decreto Executivo n.º 02/20, de 19 de Março de 2020 – Suspensão de Actividades Lectivas em todas as IES públicas, privadas e público-privadas.

Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março de 2020 – Medidas de excepção e temporárias para a

prevenção e o controlo da propagação da Pandemia da COVID-19. Diário da República I Série, N.º 36. Luanda: Imprensa Nacional

Ball, S. (1992). The policy process and the processes of policy. In R. Bowle, S. Ball e A. Gold (Org.), *Reforming education & changing school: case studies in policy sociology*. Londres/Nova Iorque: Routledge (p. 6-23).

Ball, S. (1997). *Education reform. A critical and post-structural approach*. (2.º Ed). Oxford: Oxford Open University Press (1ª Edição de 1994).

Ball, S. (1998). Cidadania global, consumo e política educacional. In L.H. Silva (Ed), *A escola cidadã no contexto da globalização* (pp. 121-137). Petrópolis: Vozes.

Boio, D., Pacatolo, C., Mbangula, K. (2020). *Estudo de avaliação dos impactos socio-económicos das medidas do executivo angolano para o combate à COVID19: Relatório final*, (Luanda: 2020).

- Brás, C. (2019). *Papel da Escola na Formação para a cidadania em Angola*. 1ª Edição. Luanda: ECO7.
- Chocolate, F. A. M. & Brás, C. (2018). Políticas e Acções de Extensão Universitária na Universidade 11 de Novembro. ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DO BENGU. (Org.). Actas da I Conferência Internacional sobre a Extensão Universitária em Angola. Luanda: Mayamba.
- Connell, R. W. (1997). *Escuelas Y justiça social*. Madrid: Ed. Morata.
- Dourado, E.O.C & Silva, E.P (2020). (Entre)vistas e olhares caleidoscópicos: a cartografia social na formação de professores/as. In: UNITAU (org), *Revista Ciências Humanas*. UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 13, n 1, edição 26, p. 111 - 119, Janeiro/Abril 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Manuel/Downloads/579-Texto%20do%20artigo-2062-2-10-20200501.pdf>. Acesso em: 17/10/2020.
- Ima-Panzo, J. (2018). *Extensão Universitária em Angola: Tendências, Acções e Projecções*. Luanda: Mayamba.
- Lopes, C. & Van-Dunem, J. (2020). Efeitos Econômicos e Sociais do Confinamento Social em Angola: resultados preliminares. Blog DADOS, 2020 [published 19 June 2020]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/confinamento-em-angola/>. Acesso em: 23/06/2020.
- Morin, E. (2000). *Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal: EDUFRN.
- Nogueira, M.D. P. (2013). *Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM.
- Pacheco, J. A., & Maia, I. B. (2019). Para uma análise crítica das políticas curriculares no contexto global e no sistema educativo português. In F. C. Silva & C. X. Filha (Orgs.), *Conhecimentos em disputa na base nacional curricular comum*. (pp. 43-54). Campo Grande: Editora Oeste.
- Santos, B. S. (2008). *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. In: Santos. B. S & Filho, N. A (org), *A Universidade no século XXI: Para uma Universidade Nova. Série Conhecimento e Instituições*. Coimbra: Almedina.
- Silva, E. A. A. (2016). *Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, tendências e desafios rumo à qualidade*. Luanda: Mayamba.

Silva, E. W. (2002). O papel da extensão no cumprimento da função social da universidade. In: Frantz, W.; Silva, E. W. O papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Unijuí.

Silveira, A. L. M., Zambenedetti, G. W. & Ribeiro, V. G. (2017). Design na Extensão Universitária: Diretrizes para orientar as práticas extensionistas. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, v. 5, n. 1, p.69-90, jan./jun. 2017.

Universidade Agostinho Neto (2020). *Plano de Acção para a busca de Soluções Técnicas Adicionais na luta contra a COVID-19. Nota de Imprensa.* Luanda: documento não editado.

Universidade 11 de Novembro (2017). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2030.* Cabinda: documento não editado.

Universidade Católica de Angola. (2020). *COVID-19: Impactos económicos e sociais em Angola. Contribuição para o debate.* Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica.

Universidade Metodista de Angola. (2020). Campus Cacuaco da universidade metodista disponível para luta contra a COVID-19. Luanda, 27 de Abril. Disponível em: <https://www.facebook.com/UMAANGOLA/>. Acesso em: 05/05/2020.

Universidade Metodista de Angola. (2020). Universidade Metodista forma 40 voluntários para a luta contra a COVID-19. Luanda, 24 de Abril. Disponível em: <https://www.facebook.com/UMAANGOLA/>. Acesso em: 05/05/2020.

Recebido em 17 de Janeiro de 2021
Aceite em 16 de Março de 2021



Licenciado sob: [Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Angolana de Extensão Universitária.